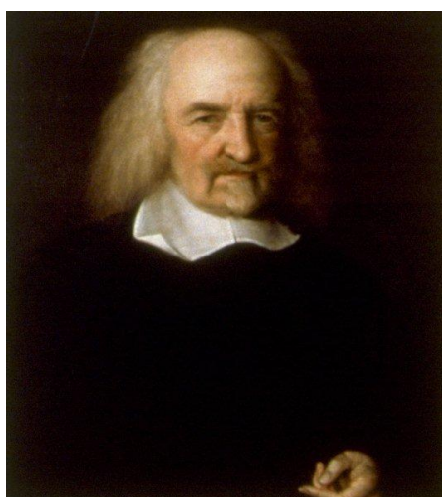




Pedro Lopes da Cruz

O Pensamento Político e do Estado de Thomas Hobbes



Thomas Hobbes (1588 – 1679)

**Licenciatura em Filosofia
Vertente Educacional**

ISE/ 2007

Autor: Pedro Lopes da Cruz

O Pensamento Político e do Estado de Thomas Hobbes

Departamento de História e Filosofia

Licenciatura em Filosofia

Vertente Educacional

Pedro Lopes da Cruz

O Pensamento Político e do Estado de Thomas Hobbes

Trabalho Científico apresentado no Instituto Superior de Educação (ISE) para obtenção do grau de Licenciado em ensino de Filosofia, sob orientação do Mestre José Manuel Avelino de Pina Delgado.

Autor: Pedro Lopes da Cruz

Tema: O pensamento político de Thomas Hobbes

Departamento de História e Filosofia

Licenciatura em ensino de Filosofia

ISE/2006

Pedro Lopes da Cruz

O Pensamento Político de Thomas Hobbes

Trabalho Científico apresentado no Instituto Superior de Educação (ISE) para obtenção do grau de Licenciado em ensino de Filosofia, sob orientação do Mestre: José Manuel Pina Delgado.

ISE/2007.

Pedro Lopes da Cruz

Trabalho Científico elaborado por Pedro Lopes da Cruz, aprovado pelos membros do Júri e homologado pelo Conselho Científico, como requisito à obtenção do grau de Licenciado em ensino de Filosofia.

O Júri,

Local: _____

Data: ____/____/____

DEDICATÓRIA

A minha licenciatura deve-se, especialmente, aos meus queridos pais por me terem dado as bases fundamentais para o prosseguimento dos estudos, sendo hoje possível fazer uma formação superior em Filosofia. Reconheço eternamente o apoio que me dispensaram desde a Instrução Primária.

Aos meus filhos, como prova de empenho e dedicação, esperando que o presente trabalho sirva de motivação e de pretexto para as suas futuras investigações.

AGRADECIMENTOS

Quero manifestar o meu profundo reconhecimento a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização desta monografia. Gostaria, especialmente, de expressar a minha sincera gratidão ao Mestre José Manuel Avelino de Pina Delgado pela abertura e disponibilidade demonstradas na orientação deste trabalho; aos meus Professores: Doutor Carlos Alexandre Bellino de Albuquerque Sacadura e Dr. Isidoro Tavares pelas informações dadas sobre o pensamento político de Hobbes; aos meus pais Florenço da Cruz Silva e Maria Salvadora Lopes por me terem concebido e me terem dado o apoio necessário para a continuação dos estudos; aos meus irmãos João de Deus Lopes da Cruz e José Lopes Silva e aos meus amigos Alcides Varela Tavares Ferrer Silva e José Manuel Cardoso Barbosa pelo encorajamento e fornecimento de bibliografia durante o curso; às minhas irmãs pelo apoio moral manifestado ao longo da formação; ao meu amigo Manuel Semedo Tavares, Professor do Liceu de Pedra Badejo e ao António Borges, Professor de Economia, pela total disponibilidade na informatização deste documento; ao meu amigo Péricles Ulisses Tavares Correia por ter disponibilizado o seu portátil para a informatização desta monografia; à Biblioteca do ISE, na pessoa da bibliotecária D. Nascimento, por me ter facultado a bibliografia essencial à concepção desta obra; ao Celestino Tavares Correia, Professor de Português no Liceu de Pedra Badejo, pelo empenho demonstrado na correcção deste instrumento; ao amigo Sátiro Gil Tavares Sanches pela insistente motivação ao longo da elaboração deste trabalho. Gostaria, finalmente, de manifestar o meu profundo agradecimento a todos os estudantes de filosofia do Instituto Superior de Educação, com quem houve troca de impressões durante os cinco anos de formação.

ÍNDICE

| | |
|------------------------|----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
|------------------------|----------|

I CAPÍTULO

A TRADIÇÃO POLÍTICA ARISTOTÉLICA.

| | |
|--|-----------|
| 1. Vida e obra de Aristóteles..... | 10 |
| 2. A TEORIA POLÍTICA DE ARISTÓTELES..... | 11 |
| 2.1. A tese da cidade como um espaço natural..... | 11 |
| 2.2. A melhor forma de governo..... | 13 |
| 2.3. A classe média – classe dirigente..... | 15 |
| 3. SÃO TOMÁS DE AQUINO. | |
| 3.1. A teoria política de São Tomás de Aquino..... | 17 |

II CAPÍTULO

THOMAS HOBBS.

| | |
|---|----|
| 1. Vida e obra..... | 20 |
| 2. Hobbes e o mecanicismo do séc. XVII..... | 22 |
| 3. Antropologia hobbesiana..... | 24 |
| 3.1. O homem no “estado de natureza”..... | 24 |
| 4. As leis da natureza..... | 28 |
| 4. 1. A primeira lei da natureza..... | 28 |
| 4.2. A segunda lei da natureza..... | 29 |
| 5. O Estado, Contrato Social..... | 30 |

III CAPÍTULO

1. T. HOBBS EM CONTRAPOSIÇÃO A ARISTÓTELES.

| | |
|------------------------------------|----|
| 1.1. Hobbes e Aristóteles..... | 34 |
| 1.2. A formação do Estado..... | 35 |
| 1.3. O melhor regime político..... | 35 |

2. T. HOBBS EM CONTRAPOSIÇÃO A J. LOCKE.

| | |
|---|----|
| 2.1. Vida e obra de John Locke..... | 37 |
| 3. Hobbes e Locke..... | 38 |
| 3.1. O homem no “estado de natureza”..... | 39 |
| 3.2. O Contrato Social..... | 41 |
| 3.3. O poder do Estado..... | 43 |

| | |
|-----------------------|-----------|
| CONCLUSÃO..... | 47 |
|-----------------------|-----------|

| | |
|--------------------------|-----------|
| BIBLIOGRAFIA..... | 50 |
|--------------------------|-----------|

| | |
|--------------------|-----------|
| ANEXOS..... | 52 |
|--------------------|-----------|

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos tem como tema principal o pensamento político e do Estado de Thomas Hobbes. O pensamento político não é um fenómeno recente. Em todas as épocas e em todas as civilizações os seres humanos sempre tiveram a preocupação de estabelecer as normas e regras de convivência social. Ao longo da história da humanidade, a política e o Estado assumiram diversas formas e serviram inclusivamente como modelo de interpretação de vários filósofos e políticos, dependendo sempre da época e motivação de cada pensador.

No mundo ocidental, o pensamento político sistemático e organizado surgiu na Grécia no século VI a.C. “É nesta época, mais ou menos, que à tradicional explicação mitológica dos fenómenos e, por conseguinte, das próprias vicissitudes políticas, se oferecem as primeiras tentativas de explicação sistemática e científica e uma primeira elaboração das concepções políticas.”¹ Isto significa que o pensamento político e do Estado coincide, assim, de certa forma, com o surgimento do pensamento racional e com o aparecimento das primeiras escolas filosóficas fundadas nas colónias gregas e, mais tarde, em Atenas. Nos primeiros tempos (séc. VII, VI a.C.), a preocupação filosófica era essencialmente cosmológica, isto é, uma inquietação sobre o mundo físico. Toda a ideia sobre a política e o Estado dessa época era, consequentemente, o corolário de uma concepção cosmológica do universo. As ideias políticas e do Estado são como que um apêndice das leis naturais “a natureza das leis do Estado (νόμος) era julgada idêntica à das restantes leis do cosmos (φύσει δίκαιον), constituindo este a φύσις, dentro da qual o homem vivia encaixado como uma parte num todo, sem nenhuma espécie de autonomia. Todo o Direito do Estado era considerado natural, tão natural como a natureza, no sentido que nós damos hoje a esta palavra, com todos os seus fundos

¹ CERRONI, Umberto, **O Pensamento Político**, Tradução de H. Silva Letra, vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1974, p. 89.

misteriosos e divinos, sendo a isso que ainda agora se chama, portanto, com razão, uma concepção cosmológica do direito natural ou um jusnaturalismo cosmológico.”² As leis que explicavam a origem do universo eram igualmente as mesmas utilizadas nas explicações de toda a teoria política e do Estado.

O interesse em desenvolver o tema em epígrafe prende-se, fundamentalmente, com a importância sempre actual das ideias políticas e do Estado de Thomas Hobbes no mundo contemporâneo, onde as situações de violência constituem ainda uma grande inquietação para a humanidade. Para fazer face a essa situação de permanente hostilidade, os governantes recorrem quase sempre às soluções políticas de inspiração genuinamente hobbesiana. Daí, a grande influência política desse pensador na actualidade, o que motivou ainda mais o nosso interesse em investigar a sua concepção política.

O objectivo essencial desta pesquisa científica consiste tão somente em fazer uma interpretação das ideias políticas e do Estado de Hobbes, abordando os aspectos fundamentais para a sistematização da sua doutrina política que são, a nosso ver, a condição do homem no “estado de natureza,” a necessidade de o homem passar do “estado de natureza” para o estado da sociedade civil, as leis da natureza, a transferência dos direitos naturais e o contrato social.

Desenvolvemos também as concepções políticas de Aristóteles e de John Locke com o objectivo de fazermos uma comparação entre as suas teorias políticas e a de Hobbes, como forma de facilitar a compreensão do tema deste trabalho.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro está relacionado com a tradição política de Aristóteles. No segundo capítulo, detalhamos pormenorizadamente o pensamento político e do Estado de Thomas Hobbes e no último capítulo, confrontamos a filosofia política de Hobbes com a de Aristóteles e de John Locke.

Feitas estas considerações, segue-se o desenvolvimento do trabalho que nos propusemos realizar sem qualquer pretensão de esgotar a ideia formulada por esses filósofos em matérias de política e do Estado.

² MONCADA, Cabral de, **Filosofia do Direito e do Estado**, Vol. I, Arménio Amado, Coimbra, 1949, pp. 13-14.

I CAPÍTULO

A TRADIÇÃO POLÍTICA ARISTOTÉLICA

1. Vida e Obra de Aristóteles

Aristóteles, filósofo grego (384 – 322 a.C.). Nasceu em Estagira “colônia grega na península da Calcida”³ e morreu em Cálcis, na ilha de Eubeia. Era filho de Nicômaco, médico do Rei Filipe II da Macedónia. Em 367 a.C., aos dezassete (17) anos, ingressou na Academia de Platão onde permaneceu durante vinte (20) anos, isto é, até à morte do seu mestre em 347 a.C. Em 343, aceitou o convite do Rei Filipe II da Macedónia para desempenhar o cargo de preceptor do seu filho, o príncipe Alexandre, que em 336 a.C., se tornou Rei da Macedónia. Depois da morte de Filipe II da Macedónia (336 a.C.) e da ascensão ao trono de Alexandre Magno, o estagirita regressou a Atenas e fundou uma escola filosófica: o Liceu ou escola peripatética.

Quando Alexandre Magno morreu em 323 a.C., “Aristóteles, sentindo-se inseguro na pátria de Sócrates, refugiou-se em Cálcis, onde, pouco depois, morreu (322 a.C.).”⁴ Segundo o próprio Aristóteles disse, refugiou-se “para evitar o segundo crime contra a filosofia.” O primeiro fora contra Sócrates no ano 399 a.C.

³ Verbo | **Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura** | Vol. 3, Edição SéculoXXI, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 1998, p. 201.

⁴ Idem, Ibidem, Vol. 3, p. 202.

A Política e a Ética a Nicômaco são as duas obras de Aristóteles que investigámos para desenvolvermos a sua teoria política.

2. A TEORIA POLÍTICA DE ARISTÓTELES.

A tese da cidade como um espaço natural, os regimes políticos ou formas de governo e a classe média como classe dirigente são os temas que consideramos fundamentais na abordagem do capítulo sobre a tradição política aristotélica.

2.1. A Tese da Cidade Como Um Espaço Natural

O casal, a família, a aldeia e a cidade são quatro componentes sociais analisados detalhadamente por Aristóteles. Este considerou a cidade uma organização política mais completa e auto-suficiente porque ela dispõe de todas as condições para proporcionar aos homens um desenvolvimento integral e pleno. Segundo Aristóteles, a *polis* ou a cidade é o espaço onde ocorre a mais excelente experiência humana da vida em comunidade. No entender desse pensador, todas as acções humanas visam atingir o bem. Este só é alcançado de forma absoluta na *polis* porque individualmente o homem é incapaz de satisfazer todas as suas necessidades. Daí, a tendência natural do homem em se associar para formar a sociedade ou o Estado. “Quem for incapaz de se associar ou que não sente essa necessidade por causa da sua auto-suficiência, não faz parte de qualquer cidade, e será um bicho ou um deus.”⁵ A *polis* é uma comunidade política cuja finalidade consiste na orientação do homem para a busca do bem e da felicidade.

“Toda a comunidade é constituída em vista de algum bem. É que, em todas as suas acções, todos os homens visam o que pensam ser o bem. É, então, manifesto que, na medida em que todas as comunidades visam algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens. Esta comunidade é chamada de cidade, isto é,

⁵ ARISTÓTELES, *Política*, Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Edição Bilingue; 1ª ed., Vega, Lisboa, 1998, p. 55.

aquela que toma a forma de uma comunidade de cidadãos.”⁶ Para o estagirita, a tendência do homem em se associar surge naturalmente. É o que acontece, por exemplo, com o casal, devido à necessidade de procriação, torna a união um facto natural. A família resulta também de um processo natural. “Assim, a família é uma comunidade formada de acordo com a natureza para satisfazer as suas necessidades quotidianas.”⁷ Um conjunto de famílias origina uma aldeia. “A aldeia é a primeira comunidade formada por várias famílias para satisfação de carências além das diárias.”⁸ A família e a aldeia são comunidades incompletas porque permitem ao homem apenas a satisfação das necessidades quotidianas e diárias e não a satisfação total das suas aspirações. Por isso, torna-se urgente a criação de uma sociedade completa e auto-suficiente capaz de satisfazer todas as ambições do homem. Foi neste sentido que surgiu a cidade. Esta, “enfim, é uma comunidade completa, formada a partir de várias aldeias e que, por assim dizer, atinge o máximo de auto-suficiência. Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa.”⁹ A *polis* é uma comunidade política maior do que todas as outras. É auto-suficiente e completa porque dispõe de meios que permitem ao homem atingir a virtude e a felicidade. Ela é uma comunidade que surgiu naturalmente. “Toda a cidade existe por natureza, se as comunidades primeiras assim o foram. A cidade é o fim destas, e a natureza de uma coisa é o seu fim, já que, sempre que o processo de génese de uma coisa se encontre completo, é a isso que chamamos a sua natureza, seja de um homem, de um cavalo, ou de uma casa. Além disso, a causa final, o fim de uma coisa, é o seu melhor bem, e a auto-suficiência é, simultaneamente, um fim e o melhor dos bens.”¹⁰

Numa análise mais profunda, Aristóteles considerou que a *polis* antecede naturalmente a família e cada pessoa individualmente. “A cidade é por natureza anterior à família e a cada um de nós, individualmente considerado; é que o todo é, necessariamente, anterior à parte.”¹¹ O homem nasce e encontra a sociedade constituída. Ele nasce e integra-se naturalmente na cidade.

⁶ ARISTÓTELES, **Política**, Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Edição Bilingue; 1ªed., Vega, Lisboa, 1998, p. 49.

⁷ Idem, Ibidem, p. 51.

⁸ Idem, Ibidem, p. 53.

⁹ Idem, Ibidem, p. 53.

¹⁰ Idem, Ibidem, p. 53.

¹¹ Idem, Ibidem, p. 55.

2.2. A Melhor Forma de Governo

Aristóteles considerou que existem três formas de regimes políticos correctos, isto é, três formas de governo que propõem atingir o interesse da comunidade. Essas três formas de governo são, no seu entender, as seguintes: a monarquia ou realeza, a aristocracia e o regime constitucional, também denominado de *politeia* ou república. “De entre as formas de governo por um só, chamamos realeza à que visa o interesse comum. Chamamos aristocracia à forma de governo por poucos (mas sempre mais do que um) seja porque governam os melhores ou porque se propõe o melhor para a cidade e os seus membros. Finalmente, quando os muitos governam em vista ao interesse comum, o regime recebe o nome comum a todos os regimes: regime constitucional.”¹² Aristóteles chamou de regimes transviados ou desviados a todo o sistema de governo que não visa ao interesse comum. “Os três desvios correspondentes às três formas de regimes correctos são: a tirania em relação à realeza; a oligarquia em relação à aristocracia; a democracia em relação ao regime constitucional. A tirania é o governo de um só com vista ao interesse pessoal; a oligarquia é a busca do interesse dos ricos; a democracia visa o interesse dos pobres. Nenhum destes regimes visa o interesse da comunidade.”¹³ Segundo o referido filósofo, a tirania é a pior forma de governo por se ter desviado demais da *politeia* ou regime constitucional. “A tirania é o pior dos regimes na medida em que se apresenta como o regime mais completamente afastado do regime constitucional.”¹⁴ Acrescenta ainda que “a tirania se apresenta como um composto de oligarquia e democracia nas suas formas mais extremas; por esse motivo, a tirania é o tipo de regime mais nefasto para os que são governados, uma vez que combinando o que há de mau nos dois regimes, acumula os desvios e os defeitos em que ambos incorrem.”¹⁵ Aristóteles criticou a tirania por ser um governo cujo poder, se encontra concentrado nas mãos de uma só pessoa que exerce o cargo segundo o seu interesse e a sua vontade. “O tirano visa a sua própria vantagem, visa o seu próprio bem.”¹⁶ O regime constitucional, pelo facto de ser o resultado de uma aliança entre os princípios da oligarquia e da democracia, é considerado por Aristóteles como a melhor forma

¹² ARISTÓTELES, *Política*, Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Edição Bilingue; 1ª ed., Vega, Lisboa, 1998, p. 211.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 213.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 275.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 403.

¹⁶ ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão Inglesa de W.D.Ross, Editora Globo S. A., Porto Alegre, 1984, p. 307.

de governo. “O regime constitucional é uma mistura de oligarquia com a democracia.”¹⁷ No que se refere à legislação, Aristóteles entendeu que a melhor legislação é aquela, cujas leis são simultaneamente boas e respeitadas. “Quer isto dizer que devemos ter em conta dois aspectos para haver uma boa legislação. Por um lado, há que respeitar as leis estabelecidas; por outro, têm de ser boas as leis às quais devemos obedecer (pode dar-se o caso de obedecermos a leis más).”¹⁸ O modelo constitucional, constituído como já referimos, por elementos da oligarquia e da democracia, constitui uma forma de governo a que Aristóteles chamou de “meio-termo” ou “justo meio”, que é um tipo de governo equilibrado que consiste sobretudo na mediação e moderação da vida na cidade. O sistema constitucional consiste em equilibrar ou mediar as tendências dos ricos em explorar os pobres, isto é, as tendências da oligarquia em governar a favor dos ricos em detrimento dos pobres e aos defeitos do governo democrático assente nas massas populares. “Nós, por nosso lado, pensamos o mesmo a cerca do justo meio, mediante o qual é possível discernir cada um dos extremos em questão.”¹⁹

Vejamos por exemplo a concepção de justiça no regime constitucional como resultado de uma junção entre os conceitos de justiça dos dois regimes (oligarquia e democracia). “Nas oligarquias aplica-se uma multa aos ricos quando se recusam a administrar a justiça. Já nas democracias, pelo contrário, concede-se aos pobres uma importância para administrar a justiça e os ricos, se o não fizerem, não são obrigados a pagar multa. Desta forma, o estabelecimento do termo médio e comum destes regimes passaria pela adopção de ambas as soluções.”²⁰ No que se refere ao acesso à magistratura, a mistura é feita da seguinte forma: “extrair um procedimento de cada um dos regimes considerados, a saber: tomar da oligarquia o acesso às magistraturas por eleição, e combiná-lo com a disposição democrática de não se exigir qualquer estimativa patrimonial para esse acesso. São estes, portanto, os diversos modos de mistura dos dois regimes.”²¹ Estas são, de entre outras, as várias formas de combinação entre os componentes da oligarquia e da democracia.

¹⁷ ARISTÓTELES, **Política**, Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Edição Bilingue; 1ª ed., Vega, Lisboa, 1998, p. 303.

¹⁸ Idem, Ibidem, p. 303.

¹⁹ Idem, Ibidem, p. 307.

²⁰ Idem, Ibidem, p. 305.

²¹ Idem, Ibidem, p. 307.

2.3. A Classe Média – Classe Dirigente

Na perspectiva de Aristóteles existem três grupos sociais que compõem a cidade: os ricos, os pobres e a classe média. Esta, por ser a classe intermediária entre os ricos e os pobres, é considerada por Aristóteles como aquela que reúne melhores condições para exercer o poder político e, por conseguinte, aquela que oferece maior segurança a uma comunidade política. Ela serve de contrapeso entre a classe rica e a pobre. A referida classe detém melhores condições para dirigir a *polis* porque é composta por pessoas economicamente mais estáveis, o que lhes propicia uma vida sem sobressaltos e sem inveja às coisas dos outros. “Resulta, portanto, claro que a melhor comunidade política é a que provém das classes médias, além de que são bem governadas as cidades onde essa classe não só se apresenta mais numerosa, mas também, senão mais poderosa que as outras duas juntas (classe rica e pobre), pelo menos, mais poderosa que uma delas, dado que a sua mistura, além de servir de contrapeso às outras forças políticas, impede o aparecimento de extremos antagónicos. É, pois, vantajoso que os titulares dos cargos públicos possuam uma riqueza mediana e suficiente; as cidades em que uns possuem em demasia e outros nada possuem, propiciam o estabelecimento de uma democracia extrema, ou de uma oligarquia pura, ou mesmo de uma tirania, nos casos em que quer uma, quer outra, se excedam. Assim, se é verdade que uma tirania nasce da democracia mais radical ou da oligarquia, também é verdade que tem muito menos possibilidades de se impor entre as classes médias, ou em classes muito afins.”²² A classe média, por ser uma classe moderada, é, no entender desse pensador, aquela que mais facilmente obedece os ditames da razão na governação da *polis*. “Por conseguinte, posto que concordámos que o moderado e o intermédio é o que há de melhor, torna-se evidente que, em relação à posse dos bens, a riqueza mediana é a melhor de todas porque é a que mais facilmente obedece os ditames da razão.”²³ As condições dos muito ricos e dos muito pobres são nefastas para a cidade. Aliás, a esse respeito, Aristóteles diz-nos o seguinte: “a beleza excessiva, a força extrema, a linhagem inigualável, a riqueza desmedida, ou os respectivos opostos, tais como a pobreza excessiva, a debilidade extrema, a ausência de honrarias, têm dificuldade em seguir a voz da razão. Enquanto no primeiro caso surgem os ambiciosos desmedidos e os grandes malfetores, no segundo caso ocorrem os criminosos e os pequenos delinquentes; os crimes e os delitos resultam de soberba ou de maldade. Além do mais, sendo ambos os procedimentos

²² ARISTÓTELES, *Política*, Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Edição Bilingue; 1ª ed., Vega, Lisboa, 1998, pp. 313-315.

²³ Idem, *Ibidem*, p. 311.

nocivos para as cidades, as classes médias são precisamente as que menos almejam e disputam os cargos públicos.”²⁴ Os muito ricos, devido às suas ambições e poderio económico, sentem imensas dificuldades na administração da *polis* porque agem em função dos seus interesses, negligenciando a razão humana que constitui um elemento fundamental na ponderação das decisões políticas. Por outro lado, a pobreza extrema e a incapacidade intelectual tornam a classe pobre uma camada social muito débil e vulnerável. É no seio dessa camada social que surgem os vários tipos de crimes e delinquência de diversas ordens. Essas atitudes são incompatíveis com a governação da *polis*. Os muito ricos funcionam em benefício próprio. Essa forma de agir tende a mergulhar os pobres cada vez mais numa profunda miséria. Por seu turno, os pobres governam a favor dos seus próprios interesses, o que provoca um ódio visceral na consciência dos ricos. Por isso, um governo formado por uma dessas camadas sociais constitui sempre uma fonte de desentendimento e desestabilização social. Por essas razões, as duas referidas classes são sempre prejudiciais para a cidade porque agem de acordo com as suas emoções e sentimentos em detrimento do interesse comum. A classe média é aquela que garante a ordem e a estabilidade social porque governa, tendo em vista o interesse colectivo.

Segundo Aristóteles, o Estado é uma organização política essencialmente natural. Ele considerou o homem um ser naturalmente social porque, por si só, é incapaz de satisfazer todas as suas necessidades. A felicidade do homem depende da sua integração na sociedade porque é com a ajuda dos outros que ele consegue o necessário para a sua existência.

A teoria do Estado natural de Aristóteles, isto é, a ideia de que os homens reúnem-se naturalmente para formar o Estado, bem como a seu clássico modelo de classificação dos regimes políticos (dos governos justos e correctos, ou seja, dos governos que propõem atingir o interesse da comunidade e dos que não visam o bem comum), foram integralmente retomados e perpetuados por São Tomás de Aquino durante a Idade Média.

²⁴ ARISTÓTELES, **Política**, Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Edição Bilingue; 1ªed., Vega, Lisboa, 1998, pp. 311-313.

3. SÃO TOMÁS DE AQUINO

3.1. A Teoria Política de São Tomás de Aquino

São Tomás de Aquino, teólogo católico italiano (1225-1247), nasceu em Roccaseca, localidade situada perto de Nápoles. Pertenceu a uma família nobre do sul da Itália (família Aquino). Seguiu a vida religiosa e professou na ordem de São Domingos. Foi consagrado um dos Doutores da Igreja (Doutor Angélico). São Tomás de Aquino retomou, praticamente, a mesma linha do pensamento político de Aristóteles. À semelhança do estagirita, ele considerou, também, que o homem é um ser naturalmente social e político. “É, todavia, o homem, por natureza, animal sociável e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade.”²⁵ No entender do teólogo italiano, a tendência do homem em se associar surge naturalmente porque o ser humano isolado é insuficiente à sua própria vida. “É insuficiente um homem só. Por cuja causa, não poderia um homem levar suficientemente a vida por si. Logo, é natural ao homem viver na sociedade de muitos.”²⁶ Um homem só é incapaz de produzir tudo aquilo que é necessário à sua existência. Por isso, a natureza impele-o a viver em comunidade. “É necessário ao homem viver em multidão, para que um seja ajudado por outro e pesquisem nas diversas matérias, a saber, uns na medicina, outro nisto, aqueloutro noutra coisa.”²⁷ Tanto Aristóteles como São Tomás de Aquino acreditam que a felicidade humana só é conseguida plenamente na colectividade. Para ambos, a vida em comum deve ser dirigida por um governo que visa o interesse de todos os seus membros.

São Tomás de Aquino seguiu a mesma linha de classificação dos regimes políticos proposta por Aristóteles. O teólogo católico italiano considerou também que existem dois tipos de regimes políticos: os rectos e justos que consistem no interesse da comunidade e os injustos e perversos que visam o interesse privado ou pessoal. Quanto ao governo injusto e perverso, o aquinatense fez a seguinte observação: “caso, então, seja exercido por um só o governo injusto, buscando pelo governo os seus interesses e não o bem da multidão a si sujeita, tal governante se chama tirano, nome derivado de força, porque oprime pelo poder, ao invés de governar pela justiça; por isso também, entre os antigos, os potentados se chamavam tiranos.

²⁵ TOMÁS de Aquino, Santo, **Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino**, Tradução de Francisco Benjamin de Souza Neto, Vol. 6, Vozes, Petrópolis, 1997, p. 127.

²⁶ Idem, Ibidem, p. 127.

²⁷ Idem, Ibidem, p. 127.

Fazendo-se, entretanto, não por um só, senão por vários, se bem que poucos, chama-se oligarquia, isto é, principado de poucos, dado que esses poucos, por terem riquezas, oprimem sua plebe, diferindo do tirano apenas no número. Se porém, o regime iníquo se exerce por muitos, nomeia-se democracia, quer dizer, poder do povo, sempre que o povo dos plebeus oprime os ricos pelo poder da multidão, sendo então todo o povo como que um só tirano.”²⁸

Relativamente ao governo justo e correcto, São Tomás fez a seguinte consideração: “semelhantermente se há também de fazer distinção quanto ao regime justo. Se a administração está com uma multidão, se lhe chama o nome comum de *politia*, como quando a turbamulta dos guerreiros domina na cidade ou no país. E, se administram poucos, mas virtuosos, chama-se aristocracia tal governo, isto é, poder melhor, ou dos melhores, que, por isso, se chamam *optimates*. Pertencendo, porém, a um só governo justo, chama-se ele, propriamente, rei.”²⁹

Para o aquinatense, os regimes injustos são: a tirania, a oligarquia e a democracia enquanto que a *politia*, a aristocracia e a monarquia correspondem aos governos justos e correctos. No entanto, ele considera a monarquia como sendo a melhor forma de governo porque o objectivo do rei consiste essencialmente na busca do bem comum. “Daí manifestamente se mostra fazer parte do conceito de rei ser o que preside único e pastor que busca o bem comum da multidão e não o seu próprio. Competindo ao homem viver em multidão, por não se bastar para as necessidades da vida, permanecendo solitário, tanto mais perfeita será a sociedade da multidão, quanto mais auto-suficiente for para as necessidades da vida.”³⁰

O pensamento político de Aristóteles e de São Tomás de Aquino caíram em declínio na Idade Moderna. Nessa época, surgiram novas doutrinas políticas que romperam definitivamente com a ideia do Estado natural desses dois pensadores. Thomas Hobbes, filósofo inglês, que no capítulo seguinte iremos analisar, foi um dos teóricos políticos desse período histórico que se demarcou claramente das concepções naturalistas dos dois já referidos pensadores. Hobbes foi defensor da tese do contrato social entre os homens. No seu entender, o Estado resulta de um acordo social estabelecido entre os cidadãos, devendo o mesmo acordo ser transferido para as mãos de um soberano que exerce o poder arbitrariamente, acima dos cidadãos ou grupo de cidadãos.

²⁸ TOMÁS de Aquino, Santo, Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino, Tradução de Francisco Benjamin de Sousa Neto, Vol. 6, Vozes, Petrópolis, 1997, p. 129.

²⁹ Idem, Ibidem, p. 129.

³⁰ Idem, Ibidem, p. 129 – 130.

No capítulo que se segue iremos estudar o pensamento político de Thomas Hobbes, buscando nele um novo paradigma que procure distanciar-se da concepção tradicional defendida por Aristóteles e São Tomás de Aquino.

II CAPÍTULO

THOMAS HOBBS

1. VIDA E OBRA

Thomas Hobbes era um filósofo e teórico político inglês. Nasceu em Malmesbury no ano de 1588 e morreu em Hardwick em 1679. Conta-se que Hobbes nasceu precocemente, porque a sua mãe amedrontou-se quando ouviu a notícia de que a Invencível Armada espanhola enviada por Filipe II de Espanha contra a rainha Isabel de Inglaterra estava a aproximar-se do país. Nasceu e cresceu numa época conturbada, envolvida por sucessivos conflitos armados e tomou a guerra como fundamento da sua teoria política.

Hobbes foi, desde a sua juventude, considerado um jovem muito inteligente, com um profundo domínio da gramática, do latim, do inglês, do francês, do italiano e do grego. Era um bom escritor e tradutor de livros. “Hobbes foi um linguista muito bom, capaz de falar e ler latim, grego, francês e italiano, bem como inglês. Ainda na escola, traduziu *Medéia*, de Eurípedes, do grego para jâmbicos latinos – e o interesse pela tradução e o talento para praticá-la o acompanharam pelo resto da vida. Sua primeira publicação foi uma tradução para o inglês de Tucídides (1629), e uma das últimas a tradução de *Odisséia* em versos ingleses.”³¹ Ele tinha uma capacidade extraordinária. Devido à sua capacidade intelectual, ele foi sempre contratado como tutor de futuros condes e assessor dos monarcas ou de famílias nobres os

³¹ TUCK, Richard, **Hobbes**, Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, 2001, p. 14.

(Cavendish) e para a tradução de correspondências. Na Europa, nos sécs. XVI e XVII, toda a instituição orgulhava-se de ter como assessor as pessoas com as qualidades de Hobbes, isto é, “precisava ao redor de si de homens que fossem bons linguistas e escritores fluentes e persuasivos, capazes de se encarregar da correspondência, do esboço de discursos, do aconselhamento e do treinamento de crianças nessas mesmas habilidades.”³²

Em 1603, entrou na Universidade de Oxford, onde repudiou a doutrina de Aristóteles que aí se ensinava. Em 1608, o intelectual de Malmesbury foi preceptor do Lorde William Cavendish que, em 1618, se tornou Conde de Devonshire. O serviço que ele prestou ao referido Lorde garantiu-lhe definitivamente o cargo de preceptor dos condes de Devonshire, de seus vizinhos ou familiares e dos condes de Newcastle. O estatuto de professor de futuros condes permitiu-lhe fazer várias viagens ao exterior, contactar personalidades importantes da época e o acesso a bibliotecas de alta categoria, o que contribuiu imensamente para a consolidação dos seus estudos. As viagens ao estrangeiro “deram a Hobbes uma oportunidade de conhecer políticos e intelectuais por todo o continente europeu a que provavelmente nenhum outro pensador importante teve acesso; em 1636, ele já conhecera a maioria dos grandes filósofos de sua época, de Galileu (com quem provavelmente travou contacto em Florença na Primavera de 1636), aos franceses Pierre Gassendi e o Pe. Marin Mersenne – este último era o único canal efectivo de comunicação com René Descartes (na época, virtualmente escondido nos Países Baixos) e foi quem pôs Hobbes e Descartes em contacto, ainda que eles só se tenham encontrado em 1648.”³³ Também entrou em contacto com Francis Bacon que se encontrava exilado em França. Todos os referidos pensadores, principalmente, Galileu, Descartes e Francis Bacon exerceram, provavelmente, uma forte influência no pensamento político de Hobbes, devido a uma concepção mecanicista e matematizada que eles tinham do universo. Entre 1610-1615, ele fez uma longa viagem à França e à Itália como educador do filho do Lorde Cavendish, o segundo Conde de Devonshire. Em 1630, visitou novamente a França, acompanhando o filho do Sir Gervaise Clifton. Durante a sua estada nesse país, dedicou-se ao estudo das Ciências Naturais e da Matemática. Entre 1634-1636, foi outra vez à Europa com o filho do segundo Conde de Devonshire. No ano de 1640, o teórico político de Malmesbury tomou uma posição política favorável ao absolutismo, manifestando explicitamente o seu apoio ao monarca Carlos I de Inglaterra. Com a crescente contestação contra a monarquia absoluta do Rei Carlos I, Hobbes

³² TUCK, Richard, **Hobbes**, Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, 2001, p. 15.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 17.

sentiu-se inseguro “em consequência de um dos seus escritos – o *De Corpore Político*”³⁴ a favor do Rei Carlos I e resolveu refugiar-se em Paris, onde permaneceu exilado durante onze anos (1640 – 1651). Em Paris, no ano de 1646, foi “tutor de matemática do príncipe de Gales, mais tarde Charles II.”³⁵ Este, subiu ao trono de Inglaterra em 1660. A ascensão de Charles II ou Carlos II ao poder, aconteceu quando o Parlamento inglês aceitou a restauração da monarquia absoluta, recusando a longa ditadura militar que Oliver Cromwell impusera à Inglaterra.

Thomas Hobbes escreveu várias obras, das quais, destacaremos: o *De Cive* (Do Cidadão) publicado em Paris no ano de 1642, sendo que a sua obra política mais famosa é o *Leviathan* (Leviatã) publicada em 1651, na capital inglesa. Foi durante o seu exílio em Paris (1640-1651) que ele redigiu essas duas magníficas obras políticas.

2. HOBBS E O MECANICISMO DO SÉC. XVII

Hobbes pertenceu à época da revolução científica e, consequentemente, ao período do desenvolvimento do mecanicismo do século XVII. Esse século “afirma-se como uma época de revolução científica. É o século de Francis Bacon, de Kepler, de Galileu, de Descartes, de Pascal, de Torricelli, de Harvey, de Newton. A *British Royal Society* é fundada em 1660, a Academia das Ciências Francesas em 1666; os sábios dos diversos países correspondem-se entre si.”³⁶ Thomas Hobbes viveu nesse ambiente eminentemente científico e matemático. Daí a forte influência do método científico e do espírito matemático no seu sistema político. Ele aplicou o método científico e os modelos matemáticos na sua filosofia política. “Os elos entre o pensamento científico e o pensamento político são nítidos em Hobbes, para quem a política faz parte de uma mecânica geral.”³⁷ O pensador político de Malmesbury foi, durante algum tempo, secretário de Francis Bacon. Essa função permitiu-lhe, provavelmente, conhecer o pensamento científico e político de Bacon, para quem “o conhecimento científico podia dar ao homem poder sobre a natureza e, por conseguinte, que o progresso da ciência podia ser usado para promover os planos humanos e a prosperidade numa escala inimaginável. Mas ele achava que ainda ninguém tinha abordado o assunto de maneira correcta.”³⁸ Essa visão científica de Bacon, deve ter influenciado Hobbes na sua concepção política e do Estado. De

³⁴ CUNHA, Joaquim da Silva, *História Breve das Ideias Políticas*, Vol. I, Lello & Irmão, Porto, 1981, p. 238.

³⁵ TUCK, Richard, *Hobbes*, Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, 2001, p. 41.

³⁶ TOUCHARD, Jean, *História das Ideias Políticas*, Tradução de Mário Braga, Vol. II, Europa – América, Lisboa, 1993, p. 96.

³⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 96-97.

³⁸ MAGEE, Bryan, *História da Filosofia*, Tradução de Ana M^a P. da Silva, Vol. Geral, Civilização Editora, Porto, 1999, p. 75.

Galileu, Thomas Hobbes deve ter herdado o seu método científico e a sua visão matematizada do universo. Segundo Galileu, “o conhecimento científico da natureza só alcançava até onde podia chegar precisamente a teoria matemática do movimento. Ora importa notar que foi este justamente o método que Hobbes, paralelamente a Spinoza, adoptou também para a base da sua filosofia teorética.”³⁹ A revolução científica do século XVII reforçou ainda mais a oposição de Hobbes em relação aos aristotélicos e à metafísica escolástica, propondo, “portanto, reduzir, por meio da análise, matematicamente, a realidade aos seus últimos elementos mais simples, e voltar depois a reconstruir aquela, a partir desses elementos, por meio de uma síntese construtiva dentro da qual tais elementos são despojados de toda a significação própria, de toda a cor e de todo o conteúdo. É como o trabalho de um relojoeiro entretido a desmontar e a reconstruir indefinidamente um relógio, peça por peça. Ora foi dentro desta atitude e forma mental que o grande inglês abordou também os magnos problemas de Direito e do Estado.”⁴⁰ Hobbes partiu do conhecimento científico para teorizar a sua concepção política e do Estado. É na base do método científico da análise e síntese desenvolvida no século XVII, que podemos compreender o Estado hobbesiano. “Neste compreender racional é que está a autêntica explicação das coisas. Porém, depois da análise a síntese. Assim, desmontada a máquina, Hobbes vai montá-la de novo. E como os homens, na sua ferocidade, não podem permanecer por muito tempo nesse estado, sob pena de se devorarem uns aos outros, daí que o seu interesse e a sua razão os aconselhem, mais adiante, a sair dessa condição incómoda ou, pelos menos, pouco ‘confortável.’”⁴¹ Hobbes transferiu o método da análise e de síntese do século XVII para a sua teoria política. Ele analisou a condição caótica do homem no “estado de natureza”, e fez uma síntese política para contrariar essa situação incómoda dos homens nesse estado.

³⁹ MONCADA, Cabral de, **Filosofia do Direito e do Estado**, Vol. I, Arménio Amado, Coimbra, 1949, pp. 165-166.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 167-168.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, pp. 168-169.

3. ANTROPOLOGIA HOBBSIANA

O homem constitui um elemento fundamental na filosofia política de Thomas Hobbes. Aliás, o Estado ou a sociedade civil decorre da condição miserável do homem no “estado de natureza.” Nas suas duas principais obras políticas (*Do Cidadão e Leviatã*), Hobbes atribui uma atenção especial ao homem. A primeira parte do *Leviatã* foi dedicada inteiramente ao homem. Nessa parte inicial da principal obra política de Hobbes, o homem foi abordado em vários aspectos nomeadamente, a nível da sensação, da linguagem, da imaginação, da religião, etc. Mas nessa primeira divisão do *Leviatã* faremos uma referência especial ao capítulo XIII por constituir uma etapa importante na concepção do Estado no pensamento político de Thomas Hobbes. Para a construção do Estado na óptica hobbesiana importa, fundamentalmente, fazer uma análise do homem no “estado de natureza.”

3.1. O Homem no “estado de natureza”

O “estado de natureza” é um estado em que os homens vivem sem um poder comum, ou seja, é um modo de viver sem qualquer tipo de organização social e política. Os homens vivem sem qualquer tipo de Governo ou de Estado. Nesse estado, os seres humanos vivem segundo as suas paixões e os seus interesses, sem qualquer respeito para com os seus companheiros porque não existem leis e normas que regem o comportamento dos homens. Estes vivem numa situação de guerra permanente porque todos lutam incessantemente a favor das suas conveniências próprias, alheios a qualquer norma, seja ela de natureza jurídica, ética ou religiosa. Nesse estado, reina um sentimento de desordem, de turbulência e de desentendimento de todos os homens contra os outros, “*bellum omnium contra omnes*.” Todas as pessoas vivem numa condição de miséria e de medo constante, receando, em cada momento, a morte imediata e violenta. No “estado de natureza,” o homem sente-se inseguro em tudo o que faz porque “se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente é, provavelmente, de se esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para o desapossar e privar, não apenas do fruto do seu trabalho, mas também da sua vida e da sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros.”⁴²

⁴² HOBBS, Thomas, *Leviatã*, Tradução, de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 110.

Os seres humanos vivem, assim, numa situação de dúvida e de desconfiança em relação aos seus semelhantes porque todos eles são iguais por natureza. “Os homens são iguais por natureza; da igualdade procede a desconfiança e da desconfiança nasce a guerra de cada um contra o seu semelhante.”⁴³ O sentimento e a predisposição para uma guerra generalizada têm a ver com o direito natural que o homem tem de preservar a sua vida e a sua família. No estado natural o homem pode recorrer a todos os meios possíveis para se defender. O direito à auto-preservação é a causa fundamental da violência no referido estado. “Suponha que eu o veja caminhando pacificamente pela savana primitiva, assobiando e portanto seu tacape: você representa um perigo para mim? Você pode muito bem pensar que não: sua disposição é inteiramente pacífica. Mas eu posso pensar que sim, e o exercício do meu direito à auto-preservação depende apenas de minha avaliação da situação. Logo, se eu o atacar, terei uma justificativa para isso. Temos de volta toda a instabilidade de um mundo completamente relativista, apesar de nosso acordo quanto ao facto de as pessoas de modo geral terem motivos para se proteger. Logo, o estado de natureza se torna um estado de guerra, selvajaria e degradação.”⁴⁴ No “estado de natureza” o homem age de acordo com a avaliação feita de uma determinada situação, isto é, a sua acção depende da análise que ele faz a respeito de uma pessoa. Se ele desconfiar do seu colega, é suficiente para o atacar. O homem agride uma pessoa, somente pelo facto de ele pensar que poderá ser agredido por ela. Basta supor que a sua vida está em risco para agredir o seu semelhante. Se o homem entender que alguém representa uma ameaça para si próprio, ele tem todo o direito de agredir essa pessoa. O medo que ele sente do seu colega leva-o a atacá-lo imediatamente. Eis o motivo de um clima de permanente insegurança e violência no estado natural. Numa condição de guerra e de violência entre os homens, não existe lugar para a realização de qualquer espécie de actividades; “não há lugar para a indústria, pois o seu fruto é incerto; consequentemente, não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso de mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, selvagem e curta.”⁴⁵ As pessoas vivem num ambiente permanentemente agitado sem as mínimas condições para a realização das actividades sociais e económicas. No “estado de natureza” o ser humano é essencialmente egoísta. Move-se pela procura de seu interesse próprio. Nesse sentido, ele age

⁴³ TOUCHARD, Jean, **História das Ideias Políticas**, Tradução de Mário Braga, Vol. II, Europa – América, Lisboa, 1993, p. 106.

⁴⁴ TUCK, Richard, **Hobbes**, Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, 2001, p. 79.

⁴⁵ HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 111.

em favor do próprio, opondo-se violentamente a todos aqueles que com ele pretendem atingir o mesmo fim. A vida é de uma luta constante entre os homens porque nesse estado não há injustiça nem existe qualquer ideia do bem e do mal. “As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça.”⁴⁶ Não se põe aqui a questão de justiça porque não existe aí nenhum acordo social e, conseqüentemente, não existe ainda o Poder ou o Estado. Portanto, todas as acções humanas são consideradas legítimas e justas. O “estado de natureza” é o estado de extrema liberdade. Todos são livres e podem praticar qualquer tipo de acção. Essa liberdade excessiva é concedida pela própria natureza. “A natureza deu a cada um, um direito a tudo; isso quer dizer que, num estado puramente natural, ou seja, antes que os homens se comprometessem por meio de convenções ou obrigações, era lícito cada um fazer o que quisesse, e contra quem julgasse cabível, e portanto possuir, usar e desfrutar tudo o que quisesse ou pudesse obter.”⁴⁷ Nesse sentido, todos têm direitos a ter tudo, a cometer tudo e contra quem quer que seja. Todas as coisas são permitidas a todos os homens. E, perante cada coisa, cada um age de acordo com o seu apetite porque cada ser humano pretende satisfazer o seu desejo sem ter em conta que pode partilhar ou desfrutar em comum a mesma coisa. “A razão mais frequente por que os homens desejam ferir-se uns aos outros vem do facto de que muitos, ao mesmo tempo, têm um apetite pela mesma coisa; que, contudo, com muita frequência eles não podem nem desfrutar em comum, nem dividir; do que se segue que o mais forte há de tê-la, e necessariamente se decide pela espada quem é mais forte.”⁴⁸ O referido estado, é realmente um espaço próprio para os que são mais fortes. Cada um utiliza a sua condição física e os meios à sua disposição para fazer face ao seu companheiro. Esta forma de agir remete o “estado de natureza” cada vez mais numa profunda insegurança e miséria, razões pelas quais, obrigam o homem a procurar uma maneira condigna de viver. De facto, o estado natural é insuportável, não existem mínimas garantias de sobrevivência. Ninguém pode absolutamente afirmar que é dono de qualquer coisa. Não existe a expressão: “isto é meu”. Uma coisa pode, aparentemente, pertencer a uma pessoa enquanto dispõe de força de a conservar, porque o outro, dispondo de maior força, pode usufruir dela. É esse o retrato que Hobbes traça do “estado de natureza”. Um estado onde as pessoas vivem no meio de uma absoluta insegurança e de medo permanente, sem qualquer garantia de paz para a execução das actividades económicas e intelectuais. Hobbes apresenta-nos, assim, uma visão pessimista do estado natural. Para ele, nessa circunstância, o ser humano está condenado a viver numa condição de

⁴⁶ HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, pp. 112-113.

⁴⁷ HOBBS, Thomas, **Do Cidadão**, Tradução de Renato Janine Ribeiro, 2ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 32.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 30.

extrema insegurança e miséria. Mas, conforme disse, ele tem, no entanto, uma probabilidade de sair dessa situação de insegurança, ou seja, ele dispõe de “uma possibilidade de escapar a ela, que em parte reside nas paixões, e em parte na sua razão. As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável e a esperança de as conseguir através do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo. Essas normas são aquelas a que, por outro lado, se chama leis da natureza.”⁴⁹

A lei natural é “um preceito ou regra geral, estabelecido pela razão, mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo o que possa destruir a sua vida ou privá-lo dos meios necessários para a preservar ou omitir aquilo que pense melhor contribuir para a preservar.”⁵⁰ A lei natural é um conjunto de preceitos que regula a acção dos homens.

Para a melhor compreensão da história do Estado hobbesiano, é importante saber também a noção do direito de natureza. O direito natural “é a liberdade que cada homem possui de usar o seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação da sua própria natureza, ou seja, da sua vida; e, conseqüentemente, de fazer tudo aquilo que o seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.”⁵¹ Isto significa que o homem tem a liberdade de estabelecer um acordo ou um pacto com o seu semelhante, a fim de viverem em paz e segurança escapando, deste modo, à situação de violência do “estado de natureza”.

As leis naturais das quais iremos apresentar a primeira e a segunda, são, além da condição humana no estado natural, mais um ponto fundamental para a ideia do Estado no entendimento de Thomas Hobbes.

⁴⁹ HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 113.

⁵⁰ Idem, Ibidem, p. 115.

⁵¹ Idem, Ibidem, p. 116.

4. AS LEIS DA NATUREZA

4.1. A Primeira Lei da Natureza

Já vimos que no “estado de natureza” a vida consiste numa guerra generalizada entre os homens. O “estado de natureza,” ou seja, o Estado antes da formação de uma sociedade organizada, é uma situação de caos e de absoluta instabilidade social. Nesse sentido, é impossível a convivência entre os seres humanos e não existem condições para o desenvolvimento das actividades sociais e económicas. Assim, a única alternativa que resta aos homens consiste em abandonar esse estado de ferocidade, renunciando “absolutamente a seu direito quem, por sinal suficiente ou símbolos adequados, manifesta a vontade de que deixe de ser lícito (*lawful*) ele fazer aquilo a que antes tinha direito. E transfere seu direito aquele que por sinal suficiente ou símbolos adequados, declara a outro que é a sua vontade que se torne ilícito ele resistir-lhe, naquilo em que antes poderia resistir.”⁵² Os seres humanos devem, assim, procurar outra maneira de viver que lhes ofereça todas as condições de trabalhar e de viver em paz e segurança. Para isso, as pessoas devem renunciar a toda a arbitrariedade e violência que são características próprias do “estado de natureza”, para se esforçarem pela paz, adoptando “certas leis – as leis da natureza – que são constituídas por preceitos racionais inerentes à conservação e à defesa de todos.”⁵³ A primeira “lei de natureza” resume-se na seguinte forma: “procurar a paz, e segui-la.”⁵⁴ Isto significa que o homem não deve manter todo o seu direito natural em relação às coisas porque senão o clima continua a ser de guerra permanente. “Os homens não devem conservar o direito que têm, todos, a todas as coisas, e que alguns desses direitos devem ser transferidos, ou renunciados. Pois, se cada um conservasse seu direito a todas as coisas, necessariamente se seguiria que alguns teriam direito de invadir, e outros, pelo mesmo direito, se defenderiam daqueles (pois todo homem, por necessidade natural, empenha-se por defender seu corpo e as coisas que julga necessárias para protegê-lo). E disso se seguiria a guerra. Age, pois, contra a razão da paz, isto é, contra a

⁵² HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 39.

⁵³ CUNHA, Joaquim da Silva, **História Breve das Ideias Políticas**, Vol. I, Lello & Irmão, Porto, 1981, p. 238.

⁵⁴ HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 116.

lei da natureza, todo aquele que não abre mão de seu direito a todas as coisas.”⁵⁵ A procura da paz e o seguimento da mesma implica um conjunto de disposições para manter a sua eficácia. Segue-se daqui, portanto, a segunda lei da natureza.

4.2. A Segunda Lei da Natureza

Se Hobbes não tivesse enunciado a segunda lei da natureza, a primeira, que consiste na procura da paz e de segui-la, não teria eficácia e consistência. As duas leis se complementam pois, a segunda consiste em cumprir o contrato estabelecido entre os homens. A paz e a tranquilidade dependem de um escrupuloso cumprimento dos princípios contratuais, ou seja, as partes envolvidas no contrato devem respeitar e cumprir rigorosamente os acordos.

Para alcançar uma paz duradoura entre os homens, Hobbes enuncia a segunda lei natural que diz o seguinte: “que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo.”⁵⁶ Os seres humanos devem cumprir aquilo que combinaram no contrato “isto, porém, só conduzirá à paz na medida em que nós mesmos cumprimos o que combinamos com os outros, quer se trate de fazer, quer de omitir, determinada coisa; pois, seria inútilíssimo firmar contratos, se não fosse para respeitá-los.”⁵⁷ O respeito pelas normas estabelecidas é essencial para a conservação da paz e pela promoção do entendimento social. Com a enunciação dessas duas leis da natureza, Hobbes abriu o caminho para justificar a construção do Estado absoluto.

As outras leis naturais, que vão até à vigésima, decorrem da primeira lei da natureza, pelo que, escusamos de as referenciar porque entendemos que as duas primeiras leis constituem a pedra angular do Estado hobbesiano.

Segundo Thomas Hobbes, para manter a paz e a segurança, é indispensável que as pessoas estabeleçam entre elas um contrato, ou seja, toda a gente deve “concordar em transferir o poder para uma autoridade central, cujo dever é impor a lei e punir severamente todos aqueles que a infringirem. Para que uma tal autoridade seja eficaz, deve possuir mais poder do que

⁵⁵ HOBBS, Thomas, **Do Cidadão**, Tradução de Renato Janine Ribeiro, 2ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 39.

⁵⁶ HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 116.

⁵⁷ HOBBS, Thomas, **Do Cidadão**, Tradução, de Renato Janine Ribeiro, 2ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 53.

qualquer indivíduo ou associação de indivíduos pode aspirar atingir numa sociedade e de ter, portanto, e dentro do possível, poder absoluto, e que é inútil desafiar.”⁵⁸ Com essa citação, ficou a ideia geral do Estado hobbesiano, um assunto que iremos aprofundar em seguida.

5. O ESTADO, CONTRATO SOCIAL

As leis naturais não são suficientes para preservar a paz sem um poder coercitivo para obrigar o cumprimento das mesmas. “Disso podemos inferir que não basta um homem compreender correctamente as leis naturais para que, só por isso, tenhamos garantida a sua obediência a elas; e por isso, enquanto não houver garantia contra a agressão cometida por outros homens, cada qual conserva seu direito primitivo à autodefesa por todos os meios que ele puder ou quiser utilizar, isto é, um direito a todas as coisas, ou direito de guerra. E basta, para que alguém cumpra a lei natural, que mentalmente esteja disposto a abraçar a paz quando ela se mostra viável.”⁵⁹

Assistimos a uma péssima e degradante situação do homem no “estado de natureza.” Nesse estado, Hobbes considera o homem um ser profundamente anti-social. Os seres humanos são, a seu ver, todos iguais, desconfiados e ferozes. Em todos eles existem uma predisposição para a guerra porque todos combatem violentamente para a preservação da sua vida. Todos são agressivos e sujeitos ao mesmo perigo porque não existe injustiça nem leis para regular o comportamento das pessoas. Nesse estado reina, acima de tudo, uma situação de extrema violência e o medo constitui a maior preocupação dos homens. Todo o comportamento humano “depende das suas paixões: o medo torna-o agressivo, o desejo de fama comanda todas as extravagâncias e a competência, o desejo do ganho, de tal modo que, no estado natural, o homem é o lobo do homem *homo homini lupus* e há uma guerra de todos contra todos *bellum omnium contra omnes*.”⁶⁰ Em suma, a vida é caracterizada pela hostilidade e pela insegurança. No referido espaço, não existe a propriedade privada porque tudo pertence a todos. Vimos também que existe uma possibilidade de o homem sair dessa condição de ferocidade, renunciando a todo o seu direito natural que lhe confere o poder de usar arbitrariamente a força para defender a sua vida, enveredando por um clima de paz e

⁵⁸ MAGEE, Bryan, **História da Filosofia**, Tradução de Ana Mª P. da Silva, Vol. Geral, Civilização Editora, Porto, 1999, p. 81.

⁵⁹ HOBBS, Thomas, **Do Cidadão**, Tradução de Renato Janine Ribeiro, 2ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 91.

⁶⁰ Verbo | **Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura** | Vol. 10, Editorial Verbo, Lisboa, 1970, p. 339.

segurança. Daí segue-se a segunda lei da natureza que consiste, fundamentalmente, no estabelecimento de um acordo ou de um contrato entre os homens. O pacto acordado entre os seres humanos deve ser transferido para uma só pessoa que detém todo o direito e autoridade para garantir a paz e a segurança de todos os homens. O contrato social assumido entre os seres humanos e a consequente delegação do poder à volta de uma pessoa são os pressupostos que Hobbes encontrou para a concepção da sua teoria do Estado absoluto.

Toda a filosofia política e do Estado de Hobbes, foi fortemente influenciada pela situação de violência vivida na Inglaterra do seu tempo. Nesse período, o país encontrava-se envolvido em sucessivos conflitos civis e religiosos. Partindo dessa situação, Hobbes tentou procurar um sistema político que garantisse aos homens a segurança, que constitui a principal aspiração da sua vida. Segundo esse pensador inglês, “as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de as levar a ser respeitadas,”⁶¹ não passam de simples leis dentro da sociedade. No seu entender, as leis naturais só serão observadas mediante a existência de um poder absoluto, capaz de assegurar o respeito mútuo na sociedade. O filósofo e teórico político de Malmesbury considera, também, que o acordo social estabelecido entre as pessoas, só será respeitado se existir um poder forte capaz de manter a paz e a segurança comum. Ou seja, os pactos sociais “sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de as respeitar e quando o pode fazer com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para a nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas na sua própria força e capacidade, como protecção contra todos os outros.”⁶² Para Hobbes, o Estado não é apenas um mero produto de um pacto estabelecido entre os seres humanos mas é, afinal de contas, um poder suficientemente forte e absoluto, acima de qualquer outra força particular, com todo o poder de manter a paz e segurança de todos os homens, proporcionando-lhes, não só um ambiente saudável para a prática das suas actividades sociais e económicas, mas também defendê-los dos invasores internos e externos.

O Estado tem um poder supremo e ilimitado. Tal poder permite-lhe não só punir os agressores, como também, de obrigar os homens a fazer todas as coisas que ele quiser. Por isso, não se pode imaginar poder maior do que este. O Estado é “uma pessoa de cujos actos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada

⁶¹ HOBBS, Thomas, *Leviatã*, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 146.

⁶² Idem, *Ibidem*, p. 143.

um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.”⁶³ A pessoa portadora desse poder “chama-se soberano, e dele se diz que possui poder soberano.”⁶⁴ Essa pessoa, a quem é conferido todo o poder de governar é, na opinião de Hobbes, alheio a qualquer contrato, e, por esta razão, não está sujeita a qualquer tipo de obrigação. “O povo, assim que lhe confere o poder, deixa de constituir uma pessoa – e, dissolvendo-se a pessoa, dissolve-se também toda obrigação que havia para com ela. O povo deixa de constituir uma pessoa, tornando-se uma rude multidão, que antes só era pessoa em virtude do poder supremo, o qual ele transferiu para aquele indivíduo.”⁶⁵ Daí “a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, a nossa paz e defesa. Pois, graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz no seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do Estado.”⁶⁶ Para esse pensador o objectivo supremo do Estado é garantir a paz e a segurança de todos os seres humanos detendo, para isso, a máxima concentração do poder. Para simbolizar um Estado forte e totalitário, Thomas Hobbes recorreu a um nome bíblico. Esse nome – *Leviathan*, designa um monstro marinho que detém um poder extraordinário, que, como o pensador disse, não existe “na Terra nenhum poder que se lhe compare.” *Leviathan* ou *Leviatão* é, segundo a História da Cultura, um “monstro marinho mitológico mencionado na Bíblia. Como na antiga mitologia fenícia, o Leviatão apareceu como causador de desgraças. De configuração imprecisa, é um grande cetáceo semelhante a uma serpente fugidia e sinuosa (IS., 27, 1, e Job, 26, 13), ao crocodilo (Job., 30, 20 e 41, 25), à baleia (Salmo, 103, 26); monstro de muitas cabeças, assim o apresenta o Salmo, 74, 14. Para Hobbes o Leviatão é o símbolo do Estado absoluto.”⁶⁷ Segundo Diogo Freitas do Amaral, “a passagem que deve ter inspirado Hobbes é a do livro de Job, onde o “Leviathan” é identificado com o crocodilo, em termos tais que consente uma certa equiparação ao Estado forte preconizado pelo filósofo.”⁶⁸

Para o teórico de Malmesbury, o poder absoluto do soberano vem do povo e não de Deus. O povo transferiu o seu direito ou a sua autoridade a um só homem, isto é, ao Leviatã. Esse poder é, na sua opinião, extensível a todas as esferas da vida incluindo a vida política, ética e

⁶³ HOBBS, Thomas, *Leviatã*, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 146.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 146.

⁶⁵ HOBBS, Thomas, *Do Cidadão*, Tradução de Renato Janine Ribeiro, 2ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 127.

⁶⁶ HOBBS, Thomas, *Leviatã*, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 146.

⁶⁷ Verbo | *Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura* | Vol. 11, Editorial Verbo, Lisboa, 1971, p. 1843.

⁶⁸ AMARAL, Diogo Freitas do, *História das Ideias Políticas*, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2001, p. 356.

religiosa. Segundo ele, “o Estado é simultaneamente ‘eclesiástico e civil’. Nenhuma autoridade espiritual pode opor-se ao Estado. Ninguém pode servir a dois senhores. O soberano é o órgão, não só do Estado, mas também da Igreja; tem na mão direita um gládio e na esquerda uma cruz episcopal.”⁶⁹ O Estado encerra em si todo o poder político e religioso. Em suma, o Estado hobbesiano é uma pessoa que detém um poder absoluto e totalitário, acima de qualquer indivíduo ou associação de pessoas, com o único objectivo de garantir a paz e a segurança de todos os cidadãos. Relativamente aos governos, Hobbes considera apenas três formas de governo. “Quando o representante é um só homem, o governo chama-se uma monarquia. Quando é uma assembleia de todos os que se uniram, é uma democracia, ou governo popular. Quando é uma assembleia apenas de uma parte, chama-se-lhe uma aristocracia.”⁷⁰ A forma ideal do governo hobbesiano é a monarquia absoluta, isto é, o governo representado por um só homem.

⁶⁹ TOUCHARD, Jean, **História das Ideias Políticas**, Tradução de Mário Braga, Vol. II, Europa – América, Lisboa, 1993, p. 108.

⁷⁰ HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução, João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995, p. 157.

III CAPÍTULO

1. T. HOBBS EM CONTRAPOSIÇÃO A ARISTÓTELES

1.1. Hobbes e Aristóteles

Hobbes e Aristóteles são dois pensadores, cujas ideias políticas são diametralmente opostas. No entanto, inferimos das suas teorias políticas algo de comum. Para ambos, o objectivo do Estado consiste na orientação da vida na cidade.

Para Aristóteles, “o Estado é, sem dúvida, a forma mais elaborada de uma sociedade: só ele tem como finalidade a vida bem – aventurada dos homens livres. Verdadeiro animal político, o homem não pode, sozinho ou no seio de uma família, ou aldeia, assumir ou realizar os seus desejos e aspirações de modo satisfatório.”⁷¹ É através do Estado que o homem realiza todas as suas aspirações porque no seu entender, o “Estado vale por si mesmo e em si mesmo.”⁷² A cidade é auto-suficiente. Ela dispõe de todos os meios e condições para propiciar aos seres humanos a vida boa.

Na perspectiva de Hobbes, o Estado propõe-se assegurar a paz e a amizade a todos os homens, criando as condições necessárias que lhes permitam desenvolver as suas actividades económicas e intelectuais. O objectivo do Estado consiste, portanto, na conservação da paz como forma de proporcionar aos homens a satisfação das suas ambições. Nesse aspecto, os dois filósofos comungam da mesma opinião. Mas as diferenças entre eles ultrapassam, de longe, aquilo que lhes é comum.

⁷¹ HUISMAN, Denis, **Dicionário das Mil Obras de Filosofia**, Tradução de Maria de Fátima de Sá Correia, Porto Editora – Lda., Porto, 2001, p. 397.

⁷² Idem, *Ibidem*, p. 397.

Vejamos, agora, as principais divergências entre os referidos pensadores.

1.2. A Formação do Estado

Para Aristóteles, o Estado surge de forma natural. Os homens associam-se naturalmente para formar o Estado. A natureza da vida obriga os seres humanos a unirem-se à volta da cidade que é a maior e a mais completa organização política. Individualmente, os homens são incapazes de satisfazer as suas ambições; daí, a inclinação natural dos mesmos para construir o Estado ou *polis*. Este é o órgão máximo da sociedade. É no interior da cidade que o homem se realiza plenamente. Na *polis*, o homem tem a possibilidade de civilizar-se, de moderar os costumes através das instituições estatais. A cidade torna o homem virtuoso, solidário e comunicativo.

Por sua vez, Hobbes considera que o Estado resulta da condição miserável dos homens no “estado de natureza”. Ele tem uma visão pessimista dos homens no “estado de natureza.” Nesse estado, a vida é frágil e curta porque não existem disposições legais para regular a acção do homem. Este faz e desfaz como bem entender porque lhe assiste o seu direito natural que lhe permite fazer todas as coisas. A vida é caracterizada por uma permanente situação de violência entre todos os seres humanos. Nessa circunstância, é manifestamente impossível a vida humana. Por isso, os homens renunciaram aos seus direitos naturais e, para a eficácia dos mesmos, transferiram-nos para as mãos de uma só entidade que tem toda a força e legitimidade de promover a paz e a tranquilidade entre os homens.

1.3. O Melhor Regime Político

Quanto aos regimes políticos, Aristóteles apresentou-nos três formas de governo possíveis, isto é, três regimes políticos que consistem no interesse da colectividade. Essas formas de governo são a monarquia, a aristocracia e a *politeia*. Mostrou também que é preciso evitar que essas formas de governo se degenerem nos seus respectivos contrários, isto é, em tirania, oligarquia e democracia porque esses últimos não visam o interesse comum, mas sim, dos particulares, ou seja, da classe social que sustenta o governo. A *politeia* ou regime constitucional é, de entre as três formas de governo correctos, o melhor regime político por ter

as estruturas próprias de um governo equilibrado ou moderado. Segundo Aristóteles, a *politeia* é um regime político, cujos princípios primam pela mediação dos interesses entre a classe rica e a classe pobre. Tratando-se de uma mistura entre a oligarquia e a democracia, o regime constitucional representa uma forma de governo que se posiciona ao centro, isto é, entre os ricos e os pobres. Essa posição permite-lhe, por um lado, evitar que os mais poderosos aproveitem das suas condições económicas para explorar ou menosprezar os pobres e, por outro, de impedir que os pobres, por serem em maior número, se apoderem dos bens dos ricos. A *politeia* é uma espécie de ‘meio termo’ ou ‘justo meio’ entre os excessos dos ricos e a ganância dos pobres. A convivência humana seria difícil, ou mesmo impossível, sem um governo para moderar as tendências antagónicas entre os ricos e os pobres. A classe média é, exactamente, a única capaz de estabelecer um equilíbrio social porque, sendo representada por uma massa economicamente estável, não cobiça as coisas alheias. É nessa lógica, que Aristóteles confere o poder político à classe média para evitar os jogos de interesses entre ricos e pobres.

Por sua vez, Hobbes propôs um governo absoluto e ditatorial dirigido por um só homem que detém todo o poder para assegurar a ordem e a estabilidade social. Thomas Hobbes prefere um regime absoluto, cuja força se encontra acima dos indivíduos, associação de pessoas ou de qualquer ordem religiosa, com o propósito de promover a paz e a harmonia entre os homens. O Estado deve ser forte, tendo na mão direita um gládio ou uma espada e na mão esquerda uma cruz episcopal como símbolo da força. O Estado deve impor-se pela força face aos agressores. O poder que ele possui advém da vontade dos homens, como forma de salvaguardar a angustiante situação no “estado de natureza.” Para Hobbes, a melhor forma de governo é a monarquia absoluta representada por um só homem.

Na parte superior do símbolo do Estado hobbesiano (ver em anexo o símbolo do Estado de Hobbes) destaca-se, nitidamente, a poderosa figura do Leviatã. Esta é a referência do Estado. É o soberano. Ele está acima de toda a sociedade. O Leviatã é uma instituição que se sobrepõe a todos e quaisquer interesses individuais e privados. Ele está acima das instituições religiosas, o que representa, claramente, as marcas de um Estado absolutamente laico e desvinculado de todos os princípios éticos e religiosos.

2. T. HOBBS EM CONTRAPOSIÇÃO A J. LOCKE

2.1. Vida e Obra de John Locke

John Locke, médico e filósofo inglês (1632 – 1704). Nasceu em Wrinton, perto de Bristol, e morreu em Oates, em Outubro de 1704. Era filho de John Senior, “um bom advogado do interior, puritano, capitão nas forças parlamentares que entraram em acção contra o exército do rei, e um tenaz defensor da liberdade política.”⁷³ Do pai, John Locke recebeu, provavelmente, uma forte influência do liberalismo e da tolerância, princípios políticos fundamentais na sua doutrina política. Em 1632, com 14 anos de idade, Locke matriculou-se na Westminster School. Nessa escola básica, onde o ensino dos clássicos era tido em primeira linha, ele obteve uma boa formação em latim e grego. Em 1652, matriculou-se na Universidade de Oxford. “Passou ali grande parte dos trinta anos seguintes como estudante e erudito.”⁷⁴ Aos 43 anos, deslocou-se à França. Passou algum tempo em Montpellier a cuidar da saúde. Em Paris, foi “tutor do filho de um amigo de Shaftesbury (estadista inglês - 1621/1683)”⁷⁵ e, através de alguns amigos, teve a oportunidade de reflectir e analisar a filosofia de Descartes.

Em virtude da sua amizade com Shaftesbury, John Locke foi acusado de ter produzido vários panfletos contra o Rei Carlos II de Inglaterra. Por esse motivo, passou a ser perseguido pela polícia secreta do monarca e, em 1683, resolveu pedir asilo político na Holanda, para onde o seu amigo Shaftesbury havia fugido, provavelmente, para evitar a perseguição do Rei Carlos II. Shaftesbury acabou mesmo por morrer nesse país em 1683.

⁷³ LOCKE, John, **Excertos do Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**, In: Clarence Morris (Org.), Os grandes filósofos do Direito, Tradução de Reinaldo Guarany, Martins Fontes, São Paulo, 2002, p. 130.

⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 130.

⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 131.

Carlos II morreu em 1685. Nesse mesmo ano, o seu irmão Jaime II sucedeu-lhe no trono. Locke foi novamente acusado de fazer parte de uma conspiração fracassada perpetrada por um grupo de protestantes que pretendia destronar o católico Jaime II com o objectivo de conduzir ao Poder Monmonth, filho bastardo do Rei Carlos II. Por essa razão, o Rei solicitou ao Governo holandês a extradição de Locke e de outros presumíveis conspiradores que se encontravam exilados na Holanda. O pedido de extradição não foi levado em consideração pelo Governo holandês. Em 1688, ainda na Holanda, John Locke assumiu-se como um grande conspirador contra Jaime II e apoiou Guilherme de Orange (príncipe de Orange) que pretendia governar a Inglaterra. Em 1689, Guilherme de Orange derrubou o seu sogro Jaime II e Locke retornou à Inglaterra nesse mesmo ano.

A “Carta sobre a Tolerância” publicada em 1689 e os Dois Tratados sobre o Governo Civil (I e II) publicados em 1670 são as suas importantes obras políticas.

3. HOBBS E LOCKE

Hobbes e Locke eram dois cidadãos ingleses, ambos estiveram no exílio por causa das suas relações com o poder político, analisaram a mesma realidade política e construíram doutrinas políticas diferentes. Ou seja, partiram dos mesmos pressupostos: a condição do homem no “estado de natureza”, a necessidade de o mesmo passar desse Estado para o estado de sociedade civil e o contrato social. Porém, tiraram conclusões políticas totalmente opostas. Hobbes concebeu uma monarquia absoluta e ditatorial e Locke defendeu uma soberania liberal e limitada pela sociedade. Thomas Hobbes foi sempre um grande defensor de um regime despótico, enquanto que John Locke ficou conhecido como um acérrimo apologista do liberalismo e da tolerância política. Pelos dados biográficos de Locke, concluimos que ele foi sempre um activo opositor da Monarquia Absoluta.

3.1. O Homem no “estado de natureza”

Thomas Hobbes considera o “estado de natureza” um espaço de extrema violência. Nesse estado, não existe um poder comum. Por isso, os homens agem em função dos seus interesses, porque não existe uma lei ou norma para regular as suas acções. A inexistência de normas e regras sociais tornam o homem um ser absolutamente agressivo e violento em relação ao seu semelhante. O seu direito natural permite-lhe a todo o instante atacar e defender ataques. No estado natural, o homem age pensando na sua autodefesa, isto é, pensa unicamente na sua auto prevenção, porque julga que a qualquer momento ele pode ser atacado ou agredido por outros. Ele anda sempre prevenido para defender a sua própria vida. Estando constantemente com o sentimento de que pode ser espancado ou assaltado, ele antecipa o seu colega agredindo-o repentinamente. Qualquer desconfiança em relação aos outros gera sempre uma situação de confusão e desordem. Eis a razão de um clima de uma constante violência no estado natural ou primitivo. A vida nesse estado é caracterizada pela guerra generalizada entre os seres humanos, porque todos agem segundo as suas paixões, sem qualquer respeito pelo seu companheiro. Cada ser humano utiliza a sua força ou qualquer meio à sua disposição para fazer face a qualquer situação. Todos têm os mesmos direitos em relação à mesma coisa, o que significa que é o mais forte a usufruir dela. Esta forma de agir torna o estado de natureza cada vez mais agressivo. O homem é livre para utilizar o seu direito natural como bem entender, para fazer as coisas, defender a sua vida e os seus interesses.

Por sua vez, Locke considera o “estado de natureza” um lugar pacífico e de muita liberdade. Segundo ele, o estado natural não é feroz e de guerra permanente, mas sim, um espaço onde os homens podem desenvolver as suas actividades, usufruir dos bens da natureza e agir dentro dos limites da lei da natureza. Todos são iguais perante “a lei da natureza, que obriga a todos, e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que a consultam que, sendo todos iguais e independentes, nenhum deve causar dano a outro em sua vida, saúde, liberdade ou posses; pois, sendo todos os homens artefacto de um Criador onnipotente e infinitamente sábio, todos servos de um Senhor soberano, enviados ao mundo por Sua ordem e para cumprir Seus desígnios, são propriedade de um artífice, feitos para durar enquanto a Ele aprouver, e não a outrem. E, sendo todos dotados de faculdades iguais, participando todos da mesma comunidade de natureza, não se pode supor nenhuma subordinação entre nós que nos autorize a destruir uns aos outros, como se fôssemos feitos para uso uns dos outros, tal como o são para nós as classes inferiores de criaturas. Cada um, assim como está obrigado a preservar-se e não desistir de sua condição por vontade própria, também pela mesma razão, quando sua

preservação não está em jogo, deve tanto quanto puder preservar o resto da humanidade e não tirar nem prejudicar a vida, a menos que para fazer justiça a um infractor, nem prejudicar o que favorece a preservação da vida, da liberdade, da saúde, da integridade ou dos bens de outrem.”⁷⁶ O ser humano é livre, mas não pode utilizar a sua força como bem entender para fazer as coisas. A sua liberdade é limitada pela lei da natureza. Nesse sentido, Locke opõe-se claramente a Hobbes que diz que o homem vive no “estado de natureza” sem quaisquer regras ou normas. O ser humano é livre, mas não deve prejudicar o seu companheiro. Todos são iguais perante a lei natural e gozam dos mesmos direitos. Os homens devem obedecer às leis da natureza que visam a preservação da paz e a protecção da humanidade. Aqueles que transgredirem a lei natural serão punidos pelos seus companheiros e, se for o caso, são obrigados a reparar os danos causados aos outros como forma de evitar a violação dessa lei. “A execução da lei da natureza é posta nesse estado, nas mãos de cada homem, com o que cada um tem o direito de punir os transgressores dessa lei, em grau tal que impeça a sua violação. Pois a lei da natureza, como todas as outras leis que dizem respeito aos homens neste mundo, seria vã se não houvesse alguém que, no estado de natureza tivesse poder para executar essa lei e, assim, preservar o inocente e coibir os transgressores e, se alguém no estado de natureza pode punir a outrem por algum mal que tenha feito, todos podem fazê-lo.”⁷⁷

Hobbes e Locke entendem que o “estado de natureza” é um espaço impróprio para a vida humana. Ambos consideram que existem inconveniências que dificultam a vida no referido estado. Para Hobbes, essas inconveniências têm a ver com o direito que os homens têm sobre todas as coisas, com a ausência das leis e normas que regem o agir humano e com o facto de todos terem o direito de auto preservação, isto é, de se defenderem de ataques e de atacarem os outros. No entender de Locke, as dificuldades que afectam a vida no estado natural consistem no facto de os homens serem juízes em suas próprias causas. Nessas condições, os seres humanos decidem, ora com parcialidade, ora com violência. Ou seja, por um lado “o amor-próprio torna os homens parciais com respeito a si mesmos e a seus amigos; e que, por outro lado, a má índole, a paixão e a vingança os levarão longe de mais na punição dos outros, decorrendo disso nada mais que confusão e desordem.”⁷⁸ Para esses dois pensadores ingleses, o estado natural não reúne as condições para a sobrevivência dos seres humanos. Daí a necessidade que os mesmos têm de sair do referido espaço no sentido de encontrarem uma

⁷⁶ LOCKE, John, **Excertos do Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**, In: Clarence Morris (Org.), *Os grandes filósofos do Direito*, Tradução de Reinaldo Guarany, Martins Fontes, São Paulo, 2002, p. 134.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 134.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 135.

alternativa para uma vida condigna e ordeira. O contrato social foi o meio encontrado para a resolução das hostilidades no “estado de natureza”.

3.2. O Contrato Social

Hobbes e Locke consideram que há uma necessidade de passagem dos homens do “estado de natureza” para o estado de sociedade civil, como forma de evitar as inconveniências do estado natural, para poderem viver num clima de paz e segurança. Os dois filósofos justificaram essa passagem com argumentos completamente opostos.

Hobbes tem uma visão pessimista do homem no “estado de natureza”. Nesse estado, os homens vivem numa guerra permanente, porque o interesse dos mesmos em relação à mesma coisa levam-nos a agir violentamente. O estado natural é, de facto, um espaço violento e insuportável. É impossível a vida nessa condição de ferocidade. Mas, existe uma possibilidade de os homens saírem desse estado, com o objectivo de encontrar uma solução para a vida. Para isso, os seres humanos devem renunciar a todos os seus direitos naturais que lhes conferem o poder de usar arbitrariamente a força para agir e defender a sua vida, para chegar a um entendimento social, isto é, os homens devem fazer um pacto ou acordo social no sentido de procurarem a paz e segurança. O contrato social estabelecido entre os seres humanos é transferido para as mãos de uma só pessoa, que tem o direito de exercer o poder com toda a força e autoridade para garantir a tranquilidade e a segurança social. A guerra constitui a causa do pacto social. Com a transferência do acordo estabelecido entre os homens, o soberano fica na posse de uma força extraordinária que se sobrepõe a qualquer indivíduo, associação de indivíduos e a toda a instituição.

A ideia que Locke tem do homem no “estado de natureza” é diferente da versão que o seu conterrâneo fez sobre o mesmo assunto. Segundo John Locke, os homens não vivem num estado de guerra permanente, mas sim, num clima de paz e tranquilidade. Para esse pensador, o homem nasce livre e goza de todos os direitos naturais, nomeadamente, o direito à preservação da propriedade e de tudo aquilo que foi produzido pela natureza. “Os homens, uma vez nascidos, têm direito à sua preservação e, como consequência, à comida, bebida e às

coisas que a natureza proporciona para a subsistência.”⁷⁹ O ser humano é livre para desenvolver a sua actividade económica e cultural, sem receio de ser incomodado pelo seu companheiro. Aliás, se alguém violar a lei natural, será castigado por esse facto. Para além do direito à preservação da propriedade “isto é, sua vida, sua liberdade e seus bens,”⁸⁰ o homem tem o direito de punir os transgressores da lei natural evitando, deste modo, que a mesma seja violada.

A preservação da propriedade implica a necessidade de um acordo ou contrato social entre os homens para o estabelecimento de normas e regras de entendimento social, como forma de evitar que cada um em particular execute arbitrariamente a lei natural para punir o seu companheiro. Para a protecção da propriedade, os seres humanos devem renunciar ao seu direito natural de julgar os outros, para encontrar uma plataforma de entendimento comum. O acordo estabelecido é transferido a uma comunidade política ou Governo, que exerce o poder dentro dos limites do contrato. A preservação da propriedade “contra os agravos e intentos de outros homens, mas também de julgar e punir as violações dessa lei por outros, da maneira como acredite que a ofensa merece, até mesmo com a própria morte, nos crimes em que, na sua opinião, a infâmia do facto assim o exija. Porém, como nenhuma sociedade política pode existir nem subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade e, para isso, de punir as ofensas de todos os que fazem parte dessa sociedade, somente haverá sociedade política onde cada um dos membros renunciou a esse poder natural, entregando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não os impeçam de apelar protecção à lei por ela estabelecida. E, estando excluído o julgamento privado de cada membro individual, a comunidade passa a ser o árbitro e pelo entendimento de regras imparciais por meio de homens autorizados pela comunidade para a sua execução, decide todas as diferenças que possam ocorrer entre quaisquer membros dessa sociedade com respeito a qualquer questão de direito, e pune as ofensas que algum membro tenha cometido contra a sociedade com as penalidades que a lei estabeleceu; pelo que é fácil discernir quem está e quem não está junto da sociedade política.”⁸¹ Com o contrato social “o Estado passa a ter o poder de atribuir a punição que segundo o seu julgamento caberá às várias transgressões cometidas entre os membros dessa sociedade (o que é o poder de fazer leis), assim como tem o poder de punir qualquer ofensa praticada contra um de seus membros por alguém que não faz parte dela (o que é o poder de guerra e de paz); e tudo isso para a preservação da propriedade de todos os membros dessa

⁷⁹ LOCKE, John, **Excertos do Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**, In: Clarence Morris (Org.), *Os grandes filósofos do Direito*, Tradução de Reinaldo Guarany, Martins Fontes, São Paulo, 2002 p. 138.

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 144.

⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 144.

sociedade, tanto quanto for possível.”⁸² O pacto social proporciona ao homem o conforto, a paz e a segurança, condições que lhe permite viver num clima de tranquilidade e “no gozo seguro de suas propriedades e com maior segurança contra qualquer um que não pertença a ela.”⁸³

A conservação da propriedade, isto é, o direito da preservação da vida, da liberdade e dos bens é a causa principal que determinou a passagem do homem do seu estado primitivo para o estado civil. Nessa lógica, Locke demarca-se claramente de Hobbes. Este considerou a agressividade do homem no “estado de natureza” como motivo que determinou o estabelecimento de contrato social entre os homens e, conseqüentemente, a passagem dos mesmos para o estado de sociedade.

3.3. O Poder do Estado

O Estado hobessiano é absoluto, despótico e ilimitado. Enquanto que na perspectiva de Locke, o Estado é uma comunidade política que exerce o poder na base do acordo estabelecido entre os cidadãos.

No entender de Hobbes, os homens cederam todos o seus direitos naturais a uma só pessoa, com o objectivo de lhes proporcionar uma melhor condição de vida. Ao delegarem todos os seus direitos naturais a um soberano, isso significa que ficaram sem qualquer possibilidade de controlar as acções do monarca. Com esse contrato, o soberano não fica sujeito a qualquer tipo de obrigação. Os seres humanos atribuíram, assim, um poder ao monarca para agir como bem entender, isto é, como lhe apetece. Este processo de transferência de direitos naturais conferiu ao soberano um poder absoluto, ilimitado e vitalício. O contrato social tornou o monarca um senhor absoluto e detentor de todos os poderes.

Já mostrámos que Locke considerou o “estado de natureza” um espaço relativamente pacífico. Nesse estado, os homens vivem livremente e não há motivos para serem considerados maus e

⁸² LOCKE, John, **Excertos do Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**, In: Clarence Morris (Org.), *Os grandes filósofos do Direito*, Tradução de Reinaldo Guarany, Martins Fontes, São Paulo, 2002, p. 144 – 145.

⁸³ Idem, *Ibidem*, pp. 146.

agressivos em relação aos outros. Vimos também que nesse espaço, os seres humanos são juízes em suas próprias causas, o que constitui uma grande inconveniência para a vida no referido espaço. Por isso, há uma necessidade de um Governo civil para colmatar esta situação. Para resolver esta dificuldade do estado natural, os homens renunciaram aos seus direitos naturais de praticar a justiça e estabeleceram um contrato social no sentido de evitar que cada um seja juiz em sua própria causa. O pacto social é transferido para as mãos de uma comunidade política que exerce o cargo no âmbito do compromisso assinado entre os homens. O direito à propriedade (preservação da vida, da liberdade e dos bens) é inalienável, é intransferível, isto é, não pode fazer parte do pacto social. É um direito exclusivo dos cidadãos, permanece com os homens. O Estado detém, portanto, um poder legislativo para promover a paz e a segurança, sem pôr em causa os interesses das pessoas. Em Locke, os seres humanos delegaram à comunidade política apenas uma parte dos seus direitos naturais. Significa que ficaram ainda a usufruir de outros direitos, nomeadamente, o direito à propriedade que funciona como meio de limitação da acção da comunidade política. O Estado exerce a sua função em consonância com a convenção estabelecida entre os seres humanos. Caso contrário, ele perde a sua legitimidade porque “ainda permanece nas mãos do povo o poder supremo para afastar ou alterar o legislativo quando julgar que age de forma contrária à confiança nele depositada. Pois, uma vez que o poder concedido em confiança para a consecução de um fim, limitado por esse próprio fim, for manifestamente negligenciado ou contrariado, a confiança deve necessariamente ser retirada e o poder devolvido às mãos daqueles que o concederam, que o podem colocar de novo onde julgarem melhor para a sua segurança e protecção. Desse modo, a comunidade mantém perpetuamente o poder supremo de salvaguardar-se dos intentos e desígnios de qualquer pessoa, até mesmo de seus legisladores, sempre que estes forem tão tolos ou iníquos a ponto de planejar e levar a cabo desígnios contrários às liberdades e propriedades dos súbditos”.⁸⁴ Os homens utilizam o direito de propriedade para limitar as acções do governo e, como já vimos, podem, inclusivamente, derrubar e substituir os governantes por outros, caso os seus interesses sejam lesados.

⁸⁴ LOCKE, John, **Excertos do Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**, In: Clarence Morris (Org.), *Os grandes filósofos do Direito*, Tradução de Reinaldo Guarany, Martins Fontes, São Paulo, 2002, p. 151.

Em Hobbes, a transferência dos direitos naturais originou um Estado absoluto e ilimitado. John Locke partiu do mesmo pressuposto e teorizou um governo liberal controlado pela Assembleia do Povo. Para Hobbes, o soberano detém um poder forte e absoluto, acima de toda a sociedade. Por sua vez, Locke admite a participação popular na administração do Estado. “A soberania permanece nas pessoas. A salvaguarda dos seus direitos – a protecção da vida, a liberdade e a propriedade de tudo – é o único objectivo legítimo do Governo. Se um Governo começa a abusar desses direitos (isto é, se se torna tirânico) ou cessa de defendê-los convenientemente (isto é, se se torna ineficaz), os governados detêm um direito moral – depois de procurarem soluções através de procedimentos normais e não as conseguirem obter – de derrubar o Governo e substituí-lo por outro que realize o seu trabalho convenientemente.”⁸⁵ Nessa lógica, o povo detém todo o poder de controlar as funções do Estado.

Acabámos de comparar o pensamento político de Hobbes com o de John Locke. Já dissemos que os dois pensadores abordaram a mesma questão (o homem no “estado de natureza”, as razões que determinaram a passagem do mesmo para o estado da sociedade civil e o contrato social) e tiraram conclusões políticas opostas. Ambos estiveram empenhados na procura de uma solução para a vivência e convivência humanas

Hobbes propôs um Estado forte, absoluto e totalitário. A soberania é de uma só pessoa, ou seja, é o monarca ou uma autoridade suprema que detém todos os poderes. O monarca concentra em si todos os poderes e situa-se acima de toda a sociedade. O monarca é uma figura suprema, sobrepõe-se a todas as instituições e possui um poder ilimitado. Os cidadãos não dispõem de quaisquer direitos e não podem participar no poder político. Eles limitam-se tão-somente a cumprir as determinações do monarca.

John Locke propôs uma soberania baseada no princípio de separação de poderes. O Estado é uma comunidade política que exerce as funções em conformidade com a vontade dos cidadãos, isto é, de acordo com o contrato social. O atropelamento do acordo social implica a demissão do Estado. Este tem um poder legislativo para assegurar a paz e a tranquilidade das pessoas. O Estado é apenas um dos órgãos da soberania. Os cidadãos funcionam como um outro órgão de soberania, podem eleger e demitir o Governo quando necessário. O povo participa no poder político, controla a governação e tem o poder de decidir sobre a

⁸⁵ MAGEE, Bryan, **História da Filosofia**, Tradução de Ana Maria P. da Silva, Vol. Geral, Civilização Editora, Porto, 1999, pp. 107-108.

continuidade ou não dos seus representantes. O modelo político apresentado por John Locke é um sistema adoptado actualmente por quase todos os países do mundo. A conjuntura política actual tende claramente para o regime democrático ou para uma democracia liberal. Por isso, o regime de separação de poderes, ou seja, o regime proposto por John Locke é o sistema que mais se adequa com a política contemporânea. Pensamos que Locke legou à humanidade um sistema que mais se confina com os interesses dos cidadãos. De facto, os seres humanos merecem uma certa liberdade. Devem ter direitos e deveres, devem participar no poder político e eleger os seus representantes. O sistema político de Locke é tolerante e democrático. É um modelo que privilegia a comunicação entre os diversos órgãos do poder, é um sistema equilibrado e evita qualquer tipo de comportamento totalitário e despótico.

CONCLUSÃO

Concluimos o trabalho sobre a teoria política e do Estado de Thomas Hobbes.

Na introdução desta monografia, dissemos que a nossa intenção consistia apenas em desenvolver os aspectos fundamentais para a concepção teórica da doutrina política de Hobbes. Propusemo-nos, igualmente, desenvolver as teorias políticas de Aristóteles e de John Locke com o objectivo de as comparar com a concepção política de Thomas Hobbes. Insistimos profundamente sobre a filosofia política e do Estado de Hobbes por constituir a razão ou o objecto desta pesquisa científica.

Thomas Hobbes teorizou um sistema político nitidamente absolutista e ditatorial. Construiu esse sistema para fazer face a um clima de instabilidade política e religiosa ocorrida na Inglaterra nos séculos XVI e XVII. Nessa época (1588), o país foi ameaçado pelo rei Filipe II de Espanha que enviou a famosa Armada Invencível contra a rainha Isabel de Inglaterra. Os ingleses entraram em pânico em consequência dessa ofensiva espanhola. Entre 1642 – 1651, a Inglaterra envolveu-se numa guerra civil entre a monarquia absoluta encabeçada pelo rei Carlos I e o Parlamento inglês liderado pelo general Oliver Cromwell. O conflito terminou com a vitória dos parlamentaristas e foi instituída uma ditadura militar sob o comando de Cromwell. A Inglaterra viveu ainda um período de intensa guerra religiosa. O filósofo de Malmesbury refugiou-se em França no ano 1640, onde construiu o seu pensamento político e do Estado, assente em princípios fundamentalmente ditatoriais para contrariar o período conturbado da história inglesa. Hobbes analisou profundamente o permanente estado de violência e de instabilidade social e religiosa em Inglaterra e entendeu que a monarquia absoluta é o meio mais seguro para resolver essa situação. Ele considerou que o desentendimento entre os ingleses decorre de uma certa liberdade e do capricho dos homens.

Por essa razão, era necessário um poder supremo, um Estado forte e absoluto que se situa acima dos caprichos individuais e da sociedade, cujo objectivo consiste na manutenção da ordem e da paz social. Eis a razão do seu Estado absoluto e despótico. O referido pensador inglês, concebeu uma teoria política sem qualquer princípio ético ou moral. O Estado hobbesiano está acima de qualquer força particular. O soberano é o órgão, não só do Estado mas também da Igreja e de todas as outras instituições. O monarca não está sujeito a nenhum tipo de obrigação. O objectivo do Estado é assegurar a paz e a segurança da sociedade, não importando a estratégia utilizada para atingir esse objectivo. Nesta perspectiva não existe nenhum princípio moral na concepção política de Thomas Hobbes. Aliás, ele desvinculou o Estado de todo o princípio moral e religioso. Em termos práticos, Hobbes propôs aquilo que todo o ser humano deseja: a tranquilidade e a segurança social. Ele pretendia um clima de paz onde o homem pudesse desenvolver a sua actividade sem receio e sem ameaça ou violência dos outros homens. Mas, a sua doutrina política exclui a participação do homem na vida pública. Os cidadãos não têm o poder de decisão, não participam na governação do país, não elegem os seus representantes. Em suma, não há liberdade de opinião ou de expressão. O monarca é a única pessoa que detém todo o poder. Os cidadãos devem obedecer passivamente a todas as determinações do soberano.

A conjuntura política actual tende nitidamente para o sistema democrático. Existe uma dinâmica internacional de impor a democracia em todos os países do mundo. O regime democrático não pactua com os princípios políticos de Thomas Hobbes. Mas, no entanto, as suas ideias políticas são pontualmente aplicadas em muitas situações, nomeadamente, no combate ao terrorismo. As autoridades de alguns países, sobretudo da América, Europa e da Ásia, implementam, pontualmente, alguns princípios absolutistas e ditatoriais contra os terroristas ou presumíveis terroristas, no sentido de garantir a segurança e a tranquilidade dos cidadãos. O medo contra as ameaças dos terroristas leva as autoridades a agirem na antecipação, isto é, se alguém representa uma ameaça para a segurança das pessoas, todas as medidas serão tomadas contra ela. A conotação ou a ligação de uma pessoa com a rede Al – Qaeda (a maior rede terrorista do mundo) implica imediatamente a intervenção da autoridade. Os agentes da autoridade agem pela força, utilizam todos os meios necessários para resolver a situação. Todas as medidas serão tomadas para assegurar a tranquilidade das pessoas. O recurso à força tem sido muitas vezes o meio utilizado contra o acto de violência dos terroristas. Daí a influência política de Thomas Hobbes na actualidade.

Com estas considerações finais, terminámos o trabalho que nos propusemos fazer, conscientes de não termos esgotado o assunto em estudo mas, com a certeza de termos sistematizado um conjunto de elementos que, seguramente, constituem pretexto suficiente para posteriores aprofundamentos de todos quantos se interessarem pela área da filosofia social e política.

BIBLIOGRAFIA

- 📖 AMARAL, Diogo Freitas do, **História das Ideias Políticas**, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2001.
- 📖 ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**, Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross, Editora Globo S. A., Porto Alegre, 1984.
- 📖 ARISTÓTELES, **Política**, Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Edição Bilingue, 1ª edição, Vega, Lisboa, 1998.
- 📖 CERRONI, Umberto, **O Pensamento Político**, Tradução de H. Silva Letra, Vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1974.
- 📖 CUNHA, Joaquim da Silva, **História Breve das Ideias Políticas**, Vol. I, Lello & Irmão, Porto, 1981.
- 📖 ECO, Umberto, **Como se faz Uma Tese em Ciências Humanas**, Tradução de Ana Paula Bastos e Luís Leitão, 4ª edição, Lisboa, 1988.
- 📖 HOBBS, Thomas, **Do Cidadão**, Tradução de Renato Janine Ribeiro, 2ª edição, Martins Fontes, São Paulo, 1998.
- 📖 HOBBS, Thomas, **Leviatã**, Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, São Paulo, 1995.
- 📖 HUISMAN, Denis, **Dicionário das Mil Obras de Filosofia**, Tradução de Maria de Fátima de Sá Correia, Porto Editora, Porto, 2001.
- 📖 JULIO FRAGATA, S. I., **Noções de Metodologia**, 3ª edição, Livraria Tavares Martins, Porto, 1980.

📖 LOCKE, John, **Excertos do Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**, In: Clarence Morris (Org.), Os grandes filósofos do Direito, Tradução de Reinaldo Guarandy, Martins Fontes, São Paulo, 2002.

📖 MAGEE, Bryan, **História da Filosofia**, Tradução de Ana M^a P. da Silva, Vol. Geral, Civilização Editora, Porto, 1999.

📖 MONCADA, Cabral de, **Filosofia do Direito e do Estado**, Vol. I, Arménio Amado, Coimbra, 1949.

📖 TOMÁS de Aquino, Santo, **Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino**, Tradução de Francisco Benjamin de Souza Neto, Vol. 6, Vozes, Petrópolis, 1997.

📖 TOUCHARD, Jean, **História das Ideias Políticas**, Tradução de Mário Braga, Vol. II, Europa – América, Lisboa, 1993.

📖 TUCK, Richard, **Hobbes**, Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, 2001.

📖 VERBO | **Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura** | Vol.3, Edição século XXI, Editorial Verbo, Lisboa/ São Paulo, 1989.

📖 VERBO | **Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura** | Vol.10, Editorial Verbo, Lisboa, 1970.

📖 VERBO | **Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura** | Vol.11, Editorial Verbo, Lisboa, 1971.

📖 VERBO | **Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura** | Vol.25, Edição século XXI, Editorial Verbo, Lisboa/ São Paulo, 2002.

ANEXOS

ARISTÓTELES E SÃO TOMÁS DE AQUINO



Aristóteles (384 – 322 a. C.)



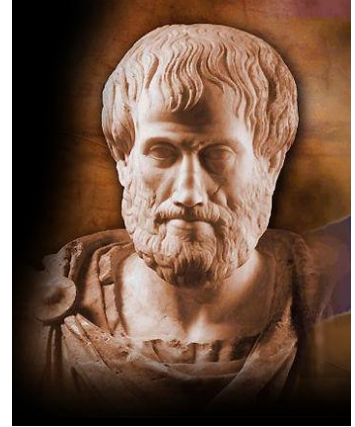
São T. de Aquino (1225-1274)

LEVIATÃ

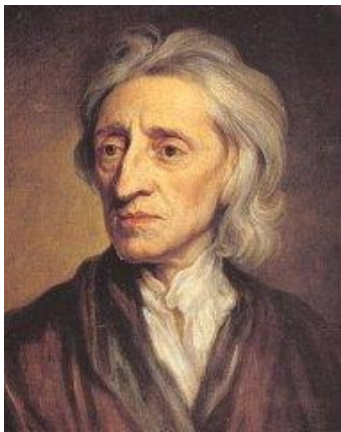


Símbolo do Estado hobbesiano

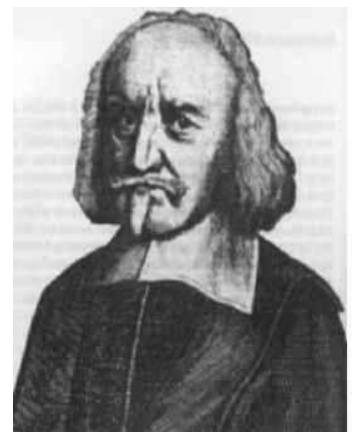
ARISTÓTELES, THOMAS HOBBS E JOHN LOCKE



Aristóteles (384 - 322 a. C.)



Locke (1632 – 1704)



Hobbes (1588 – 1679)